



CASCAIS

CÂMARA MUNICIPAL

Reunião ORDINÁRIA de 18 | 03 | 2013

Minuta da Acta n.º 08/2013

Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

Vereadores ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

MIGUEL PINTO LUZ

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA

ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO

Presentes	Faltas	
	Justif.	N Justif.
P A M A L F C A M P D G		

Observações: _____

Hora de Abertura 9 horas e 34 minutos

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9h34m

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA tomou a palavra referindo que tinham alguns pontos, um deles que os preocupa bastante, que decorreu durante estes últimos dias em que verificaram mais uma vez a capitulação do Governo perante uma troica que também demonstra a sua incompetência na resolução das medidas a preconizar em Portugal, com consequências alarmantes para quem tem pago tudo, com muito custo... Uma crise, com cada vez maior contribuição para pagamentos das incompetências na gestão deste país. Não têm um único sinal no sentido do desenvolvimento, vêm sim, um ataque feroz ao Estado, numa política de menos Estado, com mais despedimentos o que traz mais insegurança para o país, o que traz um maior poder económico sobre o poder político, com consequências para o poder local que continua a ver os seus poderes cada vez mais limitados. Têm que alterar o rumo do país, a democracia está a empobrecer, foi nesse sentido que se demonstrou mais uma vez o descontentamento da função pública numa manifestação, em que este setor não pode ser mais agredido por medidas que em nada interessam ao país e portanto têm consequências, poderão ter consequências, graves para o Município, e é reconhecido por uma larga faixa de democratas de todos os quadrantes políticos. Outra das questões que os preocupa, e o Sr. Presidente tem tomado a sua posição relativamente à SCOTURB, fez-se mais uma greve pela forma como a Administração tem gerido a Empresa, a ferro e fogo, não só para com os trabalhadores, mas também contra os interesses dos munícipes. Encontrar uma solução para a resolução deste problema, que afeta três Municípios pelo menos, é urgente tendo em conta um solução intermunicipal. Relativamente à TRATOLIXO gostariam de saber em que situação se encontra, bem como a AMTRES, que continuam a ter um encargo elevadíssimo, sem solução para já à vista, pelo menos que se saiba. Por último questionou sobre os prédios devolutos, que em nada contribuem para o turismo do Concelho, nomeadamente o antigo Hotel Nau e o edifício da Polícia, para além de outros, por exemplo, a obra que está a degradar perfeitamente a traça do Hotel de Inglaterra, uma obra que está a fazer-se no sítio onde era a piscina do Hotel de Inglaterra e que degrada totalmente o próprio edifício e a fisionomia do mesmo.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA interveio para dar nota e registar a inauguração que ocorreu há dois dias da Biblioteca Pública Municipal de Bolama, na Guiné Bissau, uma cerimónia que contou com os representantes locais, regionais e nacionais do país. Para grande satisfação, regista a concretização de um equipamento que é mais que uma biblioteca é um Centro Cultural naquela cidade, com características e possibilidades, atendendo à recuperação que foi feita do edifício histórico, de ser considerado o melhor equipamento cultural do país, o que muito os orgulha. Na sequência disto, em reconhecimento, a Câmara Municipal de Cascais foi galardoada com a categoria de membro honorário de Bolama. Estes projetos bem conduzidos marcam as relações entre as cidades.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA começou por referir-se à intervenção do Sr. Vereadora Alexandre Faria dizendo que teve uma repercussão grande a viagem que o Sr. Vereador fez, nomeadamente no âmbito da UCLA e também em termos de comunicação social Angolana. Foi sendo alertado pelo Google com um conjunto de notícias que iam saindo, o que origina uma afirmação de Cascais e de Portugal num âmbito mais alargado do que o da própria Guiné Bissau e é reconhecido pelos países africanos de expressão portuguesa. Foi um bom momento, juntamente com os Bombeiros Voluntários de Cascais que cederam veículos e também estiveram presentes, nomeadamente o Vice-Presidente da Direção. Foi uma boa afirmação, quer por parte da Câmara, quer por parte dos bombeiros de Cascais, ou seja, do Município de Cascais ao seu mais alto nível. Em relação à intervenção do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, quanto à SCOTTURB, há pouco mais para dizer, já recebeu a Comissão de trabalhadores, solidarizou-se com eles. Sobre esta administração da SCOTTUR/VIMECA já não vai pronunciar-se mais do que já se pronunciou, claramente o que parece ser a solução é abrir nova concessão no mais curto espaço de tempo. Com as informações que há do Governo a concessão não passará deste ano e será concessionado a um outro privado, porque independentemente de haver uma das Câmaras que admitia fazer uma empresa municipal ou intermunicipal para a gestão dos transportes, não parece ser a solução mais adequada havendo resposta por parte do mercado, de empresas que possam substituir a SCOTTURB. Na verdade para a Câmara era indiferente, o que queriam era que a SCOTTURB prestasse o seu serviço em condições normais e urbanas da prestação desse serviço público. Em relação à TRATOLIXO/AMTRES informou ter sido a razão do seu atraso, por ter estado hoje reunido com a banca. Parece haver uma solução que passa por separar o que era o passado TRATOLIXO e o presente/futuro. No passado andaram muito tempo a alimentar a tarifa com dinheiro do próprio financiamento, neste momento a solução aponta para haver uma separação clara entre aquilo que foi o passado e aí ficar estanque, ou seja ter um passivo financeiro, um passivo ambiental que é o que lá está construído, têm ativos que são os que lá estão. Com a disponibilidade que a Câmara uma vez mais manifestou de valorizar aqueles terrenos, na forma que melhor puder, para dar suporte à própria operação. Juntar nisto também a própria participação que têm na SANEST, até porque o Governo aqui tem dois pesos e duas medidas, se por um lado têm tarifas de resíduos altas, por outro, têm tarifas de saneamento baixas. O Governo não se tem mostrado disponível, (até à sexta-feira passada queria aumentar as tarifas de saneamento e não resolver o problema dos resíduos), de facto têm tarifas de saneamento mais baixas do que a generalidade do país, e aí o Governo diz que têm que estar solidários com o país, mas quando chegam aos resíduos sólidos já o país não está solidário com Cascais, isso é que não pode ser! É esta situação que tem vindo a ser negociada com alguma complexidade, neste momento têm uma solução para a TRATOLIXO, que não implica o Governo, em limite pode inclusivamente prejudicar eventuais intenções que o Governo tenha a nível de concessões e privatizações na área dos resíduos e na área do saneamento. Nesse sentido têm um caminho claro de concluir a obra da Abrunheira (Abrunheira/Mafra), de modo a que fiquem com uma tarifa reduzida e não andem a transportar resíduos e a depositá-los noutros lados, o que fica uma operação

caríssima. Em relação aos prédios devolutos, a questão do Hotel Nau, o edifício que está na estação, têm vindo a dar passos seguros, claramente na logica de mandarem abaixo o Hotel Nau. A complexidade é brutal, ficaram “embrulhados” na questão BPN, da SLN, da Empresa Galilei; neste momento já foram assinados Editais no sentido da Câmara tomar posse do edifício e mandá-lo abaixo, e é o que se está a fazer. Junto com isto foram identificados dez prédios em cascais que estão devolutos, ou em más condições, que entrarão num processo idêntico logo a seguir ao Hotel Nau. Quiseram marcar com o Hotel Nau porque no ponto de vista jurídico, e não é desculpa, não há ninguém que tenha mais vontade de deitar o edifício abaixo do que o próprio,(acredita que todos tenham tanta vontade quanto ele, mas mais não há certamente), têm dedicado todos os esforços a toda a complexidade jurídica que envolve esta operação do Hotel Nau, para imediatamente a seguir avançarem com os primeiros dez edifícios. Havia um que estava identificado, mas que depois foi retirado da lista porque houve um movimento político que ficou com ele como sede. Mas estão dez outros numa lista, onde já estão identificados cerca de cem edifícios que estão nessas condições. A seguir ao Hotel Nau avançarão para esses edifícios. O problema do edifício da Polícia é um problema diferente, não é que não haja vontade de o deitar abaixo, ou pelo menos tomar posse do edifício, há um conjunto de patrimónios no Concelho de Cascais, terrenos, que são propriedade do Governo Central, nomeadamente e o maior, é todo o terreno onde está a Casa das História Paula Rego, esse terreno é do Governo Central, por sua vez é da Câmara Municipal de Cascais um conjunto de outros terrenos, onde se inclui o da Polícia e também o do Tribunal de Cascais. Relembra que quando assumiu a Presidência trouxe a Reunião de Câmara uma proposta com a possibilidade de anular um encontro de terrenos entre a Câmara e o Governo Central. Trouxe essa proposta para anular porque achou que essa proposta tinha sido feita com base em avaliações que não eram justas para o Município de Cascais. Já se anulou essa proposta, já houve reunião com a Direção Geral de Património que não reagiu bem a esta situação, mas o objetivo é libertarem-se desse encontro de contas, porque os terrenos do Município valem mais do que os terrenos do Estado. Libertar desse encontro de terrenos, o terreno da esquadra da Polícia, para que a partir daí possam tomar posse do próprio edifício, porque não cumpriu as funções para que tinha sido cedido, ou seja, não está lá nenhuma esquadra a funcionar. Admite-se que possa demorar mais algum tempo, mas estão a caminhar para tomar posse daquele edifício também. O caso do Hotel Inglaterra é diferente, foi estudado, foi analisado, foi aprovado, não descaracteriza nada, pelo contrário, vai dotar uma unidade hoteleira do Concelho com maior capacidade para ser competitiva e atrativa. A nível da piscina esse sim foi alterado, mas ainda assim com um excelente enquadramento. Não podem querer que as unidades sejam fortes, gerem emprego, gerem riqueza e depois tapá-los neste nível. Cumpria todos os procedimentos legais, o Plano Diretor Municipal, houve sensibilidade para se adequarem a ter um melhor enquadramento, e é nesse sentido as obras que estão a decorrer, enquanto não estiverem completamente concluídas poderão dar uma imagem, mas quando estiverem perceber-se-á que não só o Hotel ficou com muito melhores condições, como tem um bom enquadramento. Por vezes vê críticas no Concelho, coisas que foram as próprias pessoas que, de uma forma direta ou

indireta, tiveram responsabilidade em coisas que foram abaixo há 40 anos e há 30 anos; agora estão muito preocupados quando se faz alguma pequena alteração em que se promova a competitividade. Como sabem o Hotel Inglaterra nem sempre foi ali, se tivessem que preservar sempre os patrimónios então tinham que os preservar no sitio onde esses hotéis tinham sido inicialmente construídos, nomeadamente o Hotel Paris, o antigo Hotel Paris.... Mas no Hotel Inglaterra é essa a situação

O Período de Antes da ordem dia Dia terminou às 9h50m

- PONTOS PRÉVIOS:

1) - 7ª ALTERAÇÃO ÀS GOP 2013-2016 E 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2013

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

2) - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS E DIPLOMAS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ESTORIL POR COMPORTAMENTO EXEMPLAR

Aprovado por unanimidade.

3) - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS TIMORENSES E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

Aprovado por unanimidade.

4) - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA BENEFICIAÇÃO DE IMAGEM DO BORBOLETÁRIO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DE RANA /PARECER PRÉVIO

Aprovado por unanimidade.

5) - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSAS AÇÕES NA ÁREA DO SURF PROMOVIDAS POR RUBEN GONZALEZ/PARECER PRÉVIO

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

6) - FUNDAÇÃO PAULA REGO

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

7) - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMGHA - GESTÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DE CASCAIS, E.M., S.A.

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Srª Vereadora Maria Teresa Gago do PS, e uma abstenção do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, da CDU.

8) - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS COM AS EMPRESAS NUMBER ONE – MULTI SERVICES, LDA. E CONFORLIMPA (TEJO) – MULTISERVIÇOS, S.A.

Aprovado por unanimidade.

9) - CONDECORAÇÃO POR PARTE DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE UNGHENI, REPUBLICA DA MOLDAVIA

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 2/2013 DE 21 JANEIRO

Aprovado por unanimidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS ATAS NºS 3/2013 E 4/2013, DE 5 E 18 DE FEVEREIRO, RESPETIVAMENTE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

BALANCETE:

3. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

4. DESPACHOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DIREÇÃO MUNICIPAL DE APOIO À GESTÃO:

5. APOIO À FUNDAÇÃO PAULA REGO

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

ORÇAMENTO E PROJETOS COMPARTICIPADOS:

6. AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE HABITAÇÃO SOCIAL PARA AQUISIÇÃO DE 24 FOGOS EM CAMPOS VELHOS - ALCABIDECHE NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROHABITA NO MONTANTE DE 837.448,00 EUROS

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

GESTÃO PATRIMONIAL:

7. DISTRATE DAS ESCRITURAS DE CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E O GRUPO DESPORTIVO MURTALENSE, DE DUAS PARCELAS DE TERRENO COM AS ÁREAS DE 3.800 M2 E 1.400 M2, SITUADAS NO MURTAL, FREGUESIA DA PAREDE, CELEBRADAS EM 08/04/1992 E 25/02/1999, DESTINADAS A CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO DESPORTIVO

Aprovado por unanimidade.

8. ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 149,90 M2, SITUADA NO LUGAR DA ABÓBODA, FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA A PRINO & PRINO, LDA., DESTINADA A ALINHAMENTO DE LOTE.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

9. CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, À FAMP – FEDERAÇÃO DE AMIGOS DOS MUSEUS DE PORTUGAL, DE UMA FRAÇÃO DESIGNADA PELO N.º 47-B, SITUADA NO LARGO DO AMOR PERFEITO, N.º.47, ADROANA, FREGUESIA DE ALCABIDECHE, DESTINADA À INSTALAÇÃO DA SEDE.

Aprovado por unanimidade.

10. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 183 - PROCº 778/2012 – RITA ALEXANDRA PEREIRA DA ASSUNÇÃO EUSÉBIO

Aprovado por unanimidade.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

11. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO, REMOÇÃO E DESTRUIÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA – PROC. N.º 475/HP/DCOP/2012 – MINUTA DE CONTRATO

Aprovado por unanimidade.

JUNTAS DE FREGUESIA:

12. TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A JUNTA FREGUESIA DE CASCAIS NO VALOR DE €229.504,39 REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO PARA O ANO DE 2013

Aprovado por unanimidade.

13. TRANSFERÊNCIA DA 4ª TRANCHE E ENCERRAMENTO DE CONTAS DO ANO DE 2012 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE S.DOMINGOS DE RANA NO VALOR DE €51.516,26.

Aprovado por unanimidade.

14. TRANSFERÊNCIA DA 4ª TRANCHE E ENCERRAMENTO DE CONTAS DO ANO DE 2012 DE VERBAS PARA A JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL NO VALOR DE € 11.465,55.

Aprovado por unanimidade.

RECURSOS HUMANOS:

15. BALANÇO SOCIAL 2012 – DECRETO –LEI Nº. 190/96, DE 9 DE OUTUBRO –ENVIO À DIREÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS ATÉ 31 DE MARÇO

Aprovado por unanimidade.

GESTÃO TERRITORIAL:

16. URBANIZAÇÃO "CHECLOS" - INSTRUMENTOS JURÍDICOS APLICÁVEIS

Aprovado por unanimidade.

17. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 1.201.- PROCº 103/2013 – SILVESTRE DE JESUS DOMINGUES E MARIA ALICE ALVES ANTÃO DE JESUS DOMINGOS

Aprovado por unanimidade.

18. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO- PROCº 965/2006 – FERNANDO AUGUSTO DA SILVA VIEIRA E OUTROS

Aprovado por maioria, com 1 voto contra da Srª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS e 1abstensão do Sr. Vereador Pedro Lopes de Mendonça, da CDU.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11h05m

1- Maria Teresa Valério da Silva Fundão

Não compareceu.

2-Fernando Martins

Morador na Areia, cascais

O Sr. Fernando Martins iniciou a sua intervenção dizendo que estava presente na qualidade de membro da "AMA"- Associação de Moradores da Areia, que é uma Associação recentemente criada, que está há pouco tempo ainda a funcionar, mas o seu funcionamento tem beneficiado do apoio da Câmara Municipal de Cascais e neste sentido a primeira coisa que gostaria de referir é que queriam agradecer esse apoio. Este ano já entregaram um plano para as atividades que vão desenvolver, porque tentam organizar as coisas o melhor possível, têm algumas atividades, como por exemplo, as festas populares que decorrerão no largo São Brás e o Mercadinho. Como é sabido há um processo de execução de uma

recuperação do largo São Brás, que decorreu do Orçamento Participativo, e neste momento como querem organizar esse calendário, gostariam de saber qual é a calendarização da realização dessa intervenção e também conhecer esse projeto em definitivo.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que devia ser feita só uma pequena correção, se assim se pode dizer, agradecer o apoio, tem dito isto sempre, em termos até de pedagogia do ponto de vista democrático, o apoio é o apoio dos Municípios de Cascais, porque eles não dão apoio nenhuns, tomara poder dá-los, porque era sinal que tinha muito dinheiro e portanto que era do seu dinheiro que os dava, mas não, é do Orçamento que todos nós contribuimos. Em relação às questões que o Sr. Fernando Martins colocou, que são pertinentes e que tem vindo a acompanhar, de facto, trata-se de uma obra do Orçamento Participativo, que está a ser liderada pela Junta de Freguesia de Cascais. Houve necessidade de compatibilizar com os próprios moradores a proposta da intervenção no largo, também acompanhou já nalgumas reuniões, o Sr. Vereador nuno Pitelra Lopes tem estado a acompanhar noutras, mas de facto neste momento o que lhe pode dizer é que foi já na última reunião de Junta de Freguesia, no dia 7 de Março, aprovados todos os procedimentos concursais. O que manifestou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, era que ele tivesse a garantia de que a obra a começar, que tivesse a garantia absoluta de que ela terminaria a tempo das festas populares, o que me parece que vai ser difícil, sendo difícil, então ele adia a obra para que as festas populares se possam realizar e nesse sentido prejudicará de alguma forma o início do Mercadinho, mas aqui o que convém é que tenham alguma estabilidade para poderem organizar com tempo e terem a certeza de que as festa populares se podem organizar, se podem realizar. Neste caso vão-se realizar ainda no largo de São Brás atual, sem a requalificação. Acabadas as festas, então o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cascais estará em condições de iniciar a obra.

O Sr. Fernando Martins referiu que fizeram uma alteração no calendário e as festas vão ser em agosto; presume que estejam a contar com essa alteração porque habitualmente eram em Junho.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA mencionou que não sabia e solicitou que o Sr. Vereador Nuno Pitelra Lopes, confirmasse se essa decisão, daquilo que pediu ao Presidente da Junta, se já considerava esta alteração de calendário para agosto ou se ainda considerava que elas se iam realizar como se têm realizado, durante os Santos Populares.

O SR. VEREADOR. NUNO PITEIRA LOPES confirmou que o calendário já considera esta alteração e que a obra está prevista iniciar-se na primeira quinzena de Setembro.

3- Dulce Ribeiro de Azevedo

Não compareceu

4- Joaquim Lourenço Carrilho Ferreira

Av. Aida-Estoril, Centro Comercial Estoril Garden

O Município referiu que vinha em representação da sua mulher, falar de umas portas que foram abertas ilegalmente no Estoril Garden, onde é proprietário duma dessa lojas, loja sem ser ilegal, de porta aberta. Comprou lá, adquiriu lá um espaço e abriu uma Barbearia, há treze anos. Há sete anos atrás foram abertas umas portas ilegais e os proprietários que abriram estas portas fizeram costas para a área comercial, onde tem a sua Barbearia, que anos após anos começa a ter menos clientes, vai-se degradando porque as pessoas não circulam pela área comercial. Cada vez começa a ter menos clientes, porque vive da circulação da área, como tem filhos pequenos e como fez um investimento, com a sua mulher e está a ver aquilo a ficar mais degradado, não consegue agarrar na Barbearia e levar para outro sitio, porque não tem nem apoio financeiro, nem possibilidades financeiras e os Senhores que têm sido notificados, ano após ano, mas a própria Administração pede para fazer no outro ano uma reunião de Condóminos e pede para ser os dois terços, como não consegue pede outra vez e andam nisto desde 2007. Era nessa parte que vinha sensibilizar, ao falar aqui na própria reunião de Câmara.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA começou por dizer que conhece bem a situação, já estiveram até reunidos, mas de qualquer das formas o que tentaram foi de facto que houvesse uma

consensualização por parte de todos os proprietários ou de todos os arrendatários e isso não tem sido possível. Pediu ao Sr. Vereador João Sande e Castro, que tem a responsabilidade neste momento, de não só não prorrogar mais o tempo para chegarem a um acordo, os tais dois terços, mas quando é que podem agir para colocar a situação novamente dentro dos trâmites legais.

SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO informou que ainda há cerca de três semanas reuniu com a mulher do Sr. Joaquim Carrilho Ferreira, exatamente sobre este assunto, e o que acontece é que de facto este processo se arrasta já há muito e arrasta-se pelo simples facto que a Lei Portuguesa permite um determinado número de garantias aos infratores e que possibilita o arrastamento durante anos de um processo deste tipo que tem origem de facto numa construção ilegal. Neste caso o encerramento de portas e a abertura de portas para o exterior para a via pública, num Centro Comercial. Os infratores foram notificados há cerca de quinze dias para corrigir as anomalias, para reporem a legalidade, foi dado um prazo para que isso fosse feito, aguardam o decurso desse prazo, findo o qual a Câmara poderá atuar de forma mais musculada, digamos, mas apenas, como já informou o Sr. Presidente, da parte da Câmara já não haverá nenhuma prorrogação de prazo, no sentido de tentar legalizar a situação existente, porque essa aí, já se constatou que é impossível de ser legalizada e portanto o que há é que repor o que está no projeto original e é as aberturas para o interior do Centro Comercial e não para o exterior. É isso que acabará por acontecer assim que seja possível legalmente a Câmara atuar. Neste momento temos que notificar os proprietários para permitir que de forma voluntária reponham a legalidade da situação, essa notificação já foi feita, está agora um prazo a decorrer, assim que terminar esse prazo irão depois atuar de forma mais musculada, conforme disse, mas já não será concedida mais nenhuma prorrogação de prazo no sentido da tentativa da legalização da situação existente, que essa aí é que já se verificou que não é possível de legalizar nos moldes atuais.

O Sr. Joaquim Lourenço Carrilho Ferreira, questionou qual seria o prazo da notificação, mais ou menos quanto é esse prazo da notificação, que eles têm para repor.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA concluiu dizendo que o problema não vai estar no prazo, diz-lhe a sua experiência que o problema não vai estar no prazo, porque das duas uma, ou fazem-no agora de livre vontade, mas sabem que a vontade nesse caso não é grande ou não é nenhuma e vai ter que ser a Câmara, em limite, espera que sim, ou seja, se puder ter essa influência também junto dos vários condóminos, não sabe se é este o termo técnico correto, mas de todos os que estão no Centro Comercial, acha que é o ideal. Não havendo essa iniciativa por parte do Centro Comercial, terão, quando o Sr. Vereador diz de uma forma musculada, não é uma forma musculada, é uma forma que está suportada legalmente para poderem intervir, ora isso vai começar outra vez a contar prazos e a Lei dá muitas garantias aos infratores. É um problema cultural, na nossa legislação. O que lhe recomendaria, se assim pode dizer é que a Administração do Centro Comercial acatasse esta ordem que a Câmara lhes deu, para eles reporem a legalidade, se não terão que agir, mas aí confessa que pode não conseguir garantir um prazo porque também depende da qualidade do Advogado que estiver da parte contrária, isto é o que lhe diz a sua experiência e não lhe pode dizer mais para não o prejudicar. As atas são públicas e para não o prejudicar, aquilo que querem concretizar é a legalidade, voltar tudo à legalidade. Mas se a Administração do Centro, de facto, perceber que já não há outra solução, que já foram esgotadas todas as soluções e ela repusesse a legalidade, era o ideal.

O período de intervenção do público terminou às 11h18m

ATIVIDADES ECONÓMICAS:

19. APOIO À ACTIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CONCELHO DE CASCAIS PARA O ANO 2013

Aprovado por unanimidade.

20. PLANO ANUAL DE FEIRAS DO CONCELHO DE CASCAIS - 2013

Aprovado por unanimidade.

JUVENTUDE:

21. OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES - PROJETO CULTURA SOCIAL 2013

Aprovado por unanimidade.

22. APOIO A INICIATIVAS- BOLSAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO (BIP)

Aprovado por unanimidade.

AMBIENTE:

23. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 29.624,88 €

Aprovado por unanimidade.

24. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 32.898,06 €

Aprovado por unanimidade.

25. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 17.000,88 €

Aprovado por unanimidade.

26. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DE SD DE RANA PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 23.960,12 €

Aprovado por unanimidade.

27. OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA CAFETARIA DO PARQUE MARECHAL CARMONA / ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO E RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr^a Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

28. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE ALCABIDECHE PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - CEVAR Nº 20 DE ALCABIDECHE

Aprovado por unanimidade.

29. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE ALCABIDECHE PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 8.966,70 €

Aprovado por unanimidade.

30. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE CARCAVELOS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 7.707,84 €

Aprovado por unanimidade.

31. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTRAS DA FREGUESIA DE CASCAIS PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 13.962,72 €

Aprovado por unanimidade.

32. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTRAS DA FREGUESIA DO ESTORIL PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 25.764,60 €

Aprovado por unanimidade.

33. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTRAS DA FREGUESIA DA PAREDE PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 14.196,96 €

Aprovado por unanimidade.

34. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE

CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE SD. DE RANA PARA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 4.767,48 €

Aprovado por unanimidade.

35. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS PARA INVESTIMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 61,50 €

Aprovado por unanimidade.

36. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 238,30 €

Aprovado por unanimidade.

37. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 89.774,21 €

Aprovado por unanimidade.

38. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO Á JUNTA DE FREGUESIA DA PAREDE PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 418,20 €

Aprovado por unanimidade.

39. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE ALCABIDECHE PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 92,99 €

Aprovado por unanimidade.

40. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE CASCAIS PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES DA FREGUESIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 110 €

Aprovado por unanimidade.

41. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE

CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DO ESTORIL PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 85.953,88 €

Aprovado por unanimidade.

42. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DA PAREDE PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 316,60 €

Aprovado por unanimidade.

43. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, ADMINISTRAÇÕES DE CONDOMÍNIO E OUTROS DA FREGUESIA DE SD DE RANA PARA INVESTIMENTO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 1.623,60 €

Aprovado por unanimidade.

44. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS DA FREGUESIA DE ALCABIDECHE PARA A MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 8.844,12 €

Aprovado por unanimidade.

45. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS DA FREGUESIA DO ESTORIL PARA MANUTENÇÃO NOS ESPAÇOS VERDES NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 9.232,70 €

Aprovado por unanimidade.

46. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA FREGUESIA DE PAREDE NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 7.011 €

Aprovado por unanimidade.

47. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA FREGUESIA DE SD DE RANA NO ÂMBITO DO PROGRAMA CEVAR - 6.251,64 €

Aprovado por unanimidade.

48. APOIO À REALIZAÇÃO DA 5ª EDIÇÃO DO PROJETO LANDART - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FUNDAÇÃO D. LUÍS I

Aprovado por unanimidade.

CULTURA:

49. ATRIBUIÇÃO DE VALORES DE VENDA PÚBLICA (PVP) DOS PRODUTOS DE MERCHANDISING PARA VENDA NA LOJA DO MUSEU-BIBLIOTECA CONDES CASTRO GUIMARÃES.

Aprovado por maioria, com 2 abstenções do PS, da Srª Vereadora Maria Teresa Gago e do Sr. Vereador Alípio Magalhães.

EDUCAÇÃO:

50. ATRIBUIÇÃO DE VERBA À ESCOLA PROFISSIONAL DE TEATRO DE CASCAIS/APOIO AO FUNCIONAMENTO.

Aprovado por unanimidade.

51. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ALAPRAIA, CASCAIS, ALVIDE, IBN MUCANA, PAREDE E SÃO JOÃO DO ESTORIL

Aprovado por unanimidade.

52. TRANSPORTE DO PROGRAMA ALIMENTAR - ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO PARA ACERTO DO 1º PERÍODO E ESTIMATIVA PARA O 2º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013

Aprovado por unanimidade.

53. PROGRAMA ALIMENTAR IPSS - ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO PARA ACERTO DE CONTAS DO 1º PERÍODO E ESTIMATIVA DO 2º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013

Aprovado por unanimidade.

54. PROGRAMA ALIMENTAR - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAREDE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCABIDECHÊ E AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MATILDE ROSA ARAÚJO - ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO PARA O 1º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013

Aprovado por unanimidade.

55. APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA (ABAE) - PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2012/2013

Aprovado por unanimidade.

56. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À LUDOTECA DA GALIZA NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO / APOIO AO FUNCIONAMENTO

Aprovado por unanimidade.

57. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À LUDOTECA DE ALCOITÃO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO / APOIO AO FUNCIONAMENTO

Aprovado por unanimidade.

58. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À LUDOTECA DO MONTE NO ÂMBITO DO PROTOCOLO ESTABELECIDO / APOIO AO FUNCIONAMENTO

Aprovado por unanimidade.

59. ATRIBUIÇÃO DE VERBA À ESCOLA PROFISSIONAL DE TEATRO DE CASCAIS - OBRAS DE MANUTENÇÃO/ REMODELAÇÃO

Aprovado por unanimidade.

DESPORTO:

60. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO DESPORTIVO DE DEFICIENTES DO CENTRO DE MEDICINA E REABILITAÇÃO DE ALCOITÃO

Aprovado por unanimidade.

61. DESPORTO NA ESCOLA 2012/2013 | ESCOLA DE ATIVIDADES NÁUTICAS DE CASCAIS - APOIO À ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE VELA E WINDSURF - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO CLUBE NAVAL DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

62. DESPORTO NA ESCOLA - PROGRAMA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO AO MEIO AQUÁTICO "NADAR A BRINCAR" – TRANSFERÊNCIA DA VERBA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHÉ

Aprovado por unanimidade.

63. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O CENTRO RECREATIVO E CULTURAL QUINTA DOS LOMBOS - APOIO À GESTÃO DO PAVILHÃO DOS LOMBOS

Aprovado por unanimidade.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

64. ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO PROJETOS DA CASA GRANDE DA GALIZA - € 81.000,00

Aprovado por unanimidade.

65. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA TOXICODEPENDÊNCIA (FPEPTT) NO ÂMBITO DO PROGRAMA CONTIGO - € 10.500,00

Aprovado por unanimidade.

66. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DE 2 AGREGADOS FAMILIARES PARA ADEQUAÇÃO DE TIPOLOGIA NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL.

Aprovado por unanimidade.

67. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS - ATL GALIZA PARA A CONCEÇÃO E EDIÇÃO DE 2000 LIVROS RELATIVOS À ESCOLINHA DE RUGBY "PEQUENOS NADAS" - € 8.000,00

Aprovado por unanimidade.

68. PROGRAMA DE APOIO ALIMENTAR - PROTOCOLO REGULARIZAÇÃO 2013 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS PARCEIROS SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASCAIS E FUNDAÇÃO "O SÉCULO" - € 290.870,00

Aprovado por unanimidade.

69. PROTOCOLO PLATAFORMA DE QUALIFICAÇÃO DOS CENTROS DE DIA

Aprovado por unanimidade.

70. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À COOPERATIVA DESTINADO A COBRIR AS DESESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO V NO ANO 2013 € 30.000,00

Aprovado por unanimidade.

71. ALTERAÇÕES AO ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA "CASCAIS EM FÉRIAS" PARA 2013

Aprovado por unanimidade.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

72. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1507/2012 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE SETEMBRO DE 2012 E ATRIBUIÇÃO DE 2 FOGOS NO ÂMBITO DO REALOJAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NOS 60 FOGOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

73. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1916/2012, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 17/12/2012, NO QUE DIZ RESPEITO À ATRIBUIÇÃO DE UM FOGO A QUITÉRIA DA SILVA GONÇALVES PERALTA

Aprovado por unanimidade.

74. APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A "MUNDO A SORRIR" ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES" E APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DO REFERIDO PROTOCOLO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "APRENDER A SER SAUDÁVEL" DURANTE O ANO LETIVO 2013/2014 NO MONTANTE DE €14.010,00.

Aprovado por unanimidade.

75. ATRIBUIÇÃO DE FOGO A UM AGREGADO FAMILIAR RESIDENTE EM FOGOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, NO BAIRRO CRUZ VERMELHA

Aprovado por unanimidade.

76. ATRIBUIÇÃO DE 3 FOGOS DE ARRENDAMENTO NO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO

Aprovado por unanimidade.

77. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DE 2 AGREGADOS FAMILIARES PARA ADEQUAÇÃO DE TIPOLOGIA NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL.

Aprovado por unanimidade.

78. REVOGAÇÃO À PROPOSTA 1507/2012 APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 24 DE SETEMBRO DE 2012 E ATRIBUIÇÃO DE 2 FOGOS NO ÂMBITO DO REALOJAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES NOS 60 FOGOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CASCAIS

Aprovado por unanimidade.

79. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO NO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO A ANA MARIA PINTO

Aprovado por unanimidade.

COMUNICAÇÃO:

80. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REGIME DE AVENÇA - M.^a DE FÁTIMA G. L. HENRIQUES ESTEVES

Aprovado por unanimidade.

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:

81. ATRIBUIÇÃO DE APOIO Á ASSOCIAÇÃO IN LOCO NO ÂMBITO DE PROGRAMA "CASCAIS 2013 - CAPITAL DA CIDADANIA E DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA" NO VALOR DE 37.500,00 EUR.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr^a Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

DIVERSOS:

82. APROVAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, A JUNTA DE FREGUESIA DO ESTORIL E O CENTRO PAROQUIAL DO ESTORIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LOJA SOLIDÁRIA " A PARTILHA" - € 3.250,00 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 35/2013.

Aprovado por unanimidade.

83. RESCISÃO DO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO BAR/ESPLANADA NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DA PONTA DO SAL - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 37-2013.

Aprovado por unanimidade.

84. RENÚNCIA AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 32/2013.

Aprovado por unanimidade.

INFORMAÇÕES:

85. COMUNICADOS AOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

86. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMAC - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M., S.A.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

87. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASCAIS PRÓXIMA - GESTÃO DE MOBILIDADE, ESPAÇOS URBANOS E ENERGIAS, E.M., S.A.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

88. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMGHA – GESTÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL DE CASCAIS, E.M., S.A.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

89. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

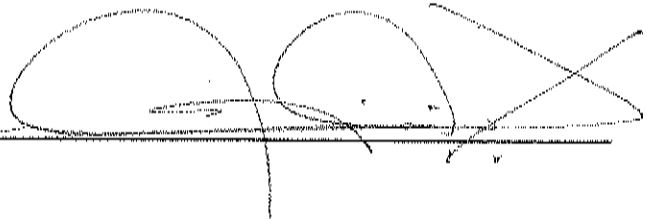
90. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASCAIS DINÂMICA – GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, E.M., S.A.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Às 12 horas e 22 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu, Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras a subscrevi.

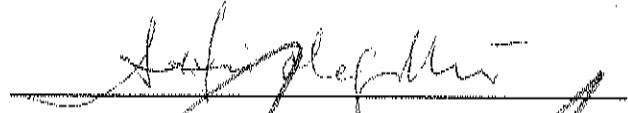
O Presidente



CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

Os Vereadores

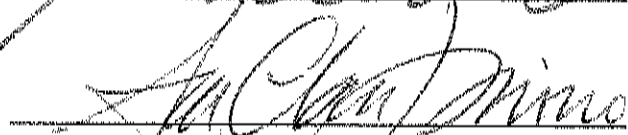
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



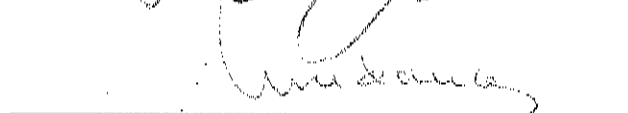
MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



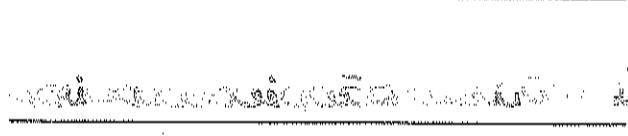
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



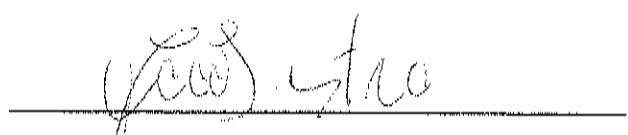
ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



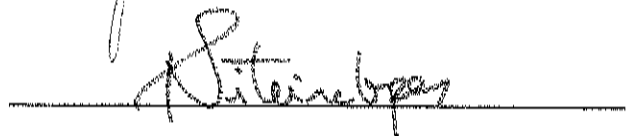
MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



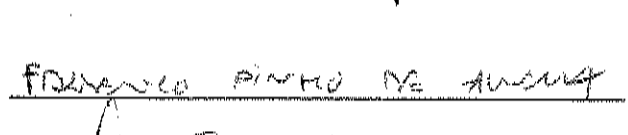
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO



NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES



FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA



MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO

